

XXI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE LISBOA
(INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS)

Diversidade e Mudança na Ordem Internacional
Diálogos e Conflitos no Mediterrâneo

20/21 NOV 2003



TEMA – *As Iniciativas Mediterrânicas da União Europeia e da NATO: Complementaridade ou alternativa?*

COMUNICAÇÃO – J. E. Garcia Leandro
Director do Instituto da Defesa Nacional/Lisboa

21 NOV 2003

A questão que me é proposta (relacionada com as consequências das iniciativas da União Europeia e da NATO para o Mediterrâneo) com a pergunta: Complementaridade ou Alternativa?, só pode ter uma resposta sensata e que a todos interessa, ou seja, Complementaridade.

Por razões óbvias e de coerência todas as várias actividades da União Europeia para o Mediterrâneo se deveriam integrar no chamado Processo de Barcelona que é um processo de integração Norte-Sul que deseja chegar à Segurança através da inclusão. Como ocorreu na lógica da construção europeia desde 1957 a ideia será criar uma área de paz e segurança baseada nos princípios da democracia, desenvolvimento económico e social mas também da inclusão.

Para que este objectivo tenha sucesso terá também de incluir obrigatoriamente uma componente de Segurança e Defesa como uma das peças necessárias, mas não como a sua finalidade única.

A NATO tem uma abordagem diferente, como se pode verificar pelo conjunto de actividades do Programa de trabalho para o Diálogo do Mediterrâneo em 2003 e para o que já está previsto para 2004. No Programa para 2004 existe um conjunto de 22 áreas a desenvolver. São áreas especializadas de actividade executiva que, se realizadas com êxito, contribuem para a Defesa e Segurança, fundamentalmente da parte Norte e ajudarão à estabilidade da região. Quase todas estão relacionadas com actividades das Forças Armadas ou das Forças de Segurança (o que é natural), alargando-se o espectro também para o Planeamento Civil de Emergência, a Gestão de Crises, as Operações de Apoio à Paz, as Informações, o Contra-Terrorismo e para áreas em que se pode dar o apoio da sua Divisão de Assuntos Científicos e de Ambiente (desertificação, seca, gestão de recursos hídricos, efeitos do clima na agricultura, ciência marítima para o Mediterrâneo, luta contra a poluição, questões médicas regionais, etc, etc). Quer isto dizer, que o Diálogo para o Mediterrâneo da NATO aplica aos países da bacia as mesmas receitas que foram aplicadas com sucesso aos países da NATO no conjunto euro-atlântico.

As diferenças de abordagem do Processo de Barcelona (UE) e do Diálogo do Mediterrâneo (NATO) são exactamente as mesmas que existem na Europa com os objectivos da UE e da NATO. E com a mesma fragilidade da UE em termos militares, se não contar com o apoio dos EUA, tal como ocorre na NATO.

Portanto, no meu ponto vista, são processos que no interesse de todos (e não só dos que estão localizados à volta da Bacia) terão de ser complementares.

Poder-se-ia dizer que em termos de intenções, propostas e projectos tudo está concebido; tem-lhe faltado a capacidade de implementação e de execução. Interessa saber porquê, o que me parece mais fácil de entender se tal for alineado:

1. Em primeiro lugar a Bacia Mediterrânica que foi um conjunto harmónico de integração política, administrativa, económica e militar durante o Império Romano é hoje um mosaico geopolítico muito heterogéneo e diversificado cheio de contradições, obrigando a abordagens múltiplas e diferenciadas conforme as regiões e (até) as épocas. Não chegam os grande *fora*, as grandes abordagens multilaterais da UE e da NATO; é preciso que dentro delas continuem a proliferar abordagens bilaterais mais modestas, mas que podem criar medidas de confiança e atingir resultados concretos.
2. Seria preciso grande vontade política conjunta, a consciência no Norte e no Sul que a estabilidade do Mediterrâneo é vital para todos, o que obrigaria a grande concentração e coordenação de esforços. Mesmo os países do Norte (da UE) têm demonstrado falta de coordenação entre os seus diferentes *fora*, o que espelha a própria dificuldade da construção europeia e a competição que entre aqueles ocorre quando trabalham na margem sul do Mediterrâneo.
3. Falta de coordenação entre as Nações do Sul, onde não existe nem uniformidade, nem homogeneidade, sendo que os diferentes regimes têm filosofias e legitimidades diferentes e também desconfianças entre si.

A Democracia, que na maior parte é inexistente, sendo por isso um dos objectivos, quer da UE, quer da NATO, torna-se pela sua ausência num obstáculo a um maior sucesso destes processos. Há que descobrir como fazer avançar estes dois processos complementares N/S, ao mesmo tempo que se ajuda a democratizar os países do Sul.

4. Esta ausência de democracia leva a que muitas vezes de pouco sirvam os acordos feitos com alguns Governos do Sul já que estes não representam a vontade maioritária das suas populações, não tendo apoio da opinião pública e a implementação dos acordos assinados é muito duvidosa.

Trata-se de uma enorme fraqueza dos regimes autoritários que nestas situações emerge claramente.

Esta opinião pública do Sul do Mediterrâneo, em quase todos os países, não faz diferença entre a Europa e os EUA e quando tal percepção existe, ainda assim consideram que a Europa é através da NATO dominada pelos EUA.

5. Embora, como escrevi inicialmente, o Mediterrâneo seja um mosaico geopolítico muito diferenciado, a questão da Palestina e de Israel é crucial para que o processo possa avançar.

Neste conflito existe claramente uma separação de águas estando os EUA colocados incondicionalmente ao lado de Israel, qualquer muçulmano ao lado dos Palestínianos e a Europa a querer encontrar uma solução pacífica e moderada, mas sem força para a impor. Todos estão, todos estamos, reféns de tal conflito, cujo

enquadramento internacional se agravou desde que G.W. Bush e Ariel Sharon estão no poder. Em 1993, pelos Acordos de Oslo, esteve-se perto da solução pacífica, mas estes extremos políticos nunca querem a paz e o Primeiro-Ministro Israelita, Itzak Rabin foi assassinado pela extrema direita do seu país, hoje no poder, que nada tem conseguido resolver, bem pelo contrário, tudo tem estado a agravar.

O mesmo ocorre por parte dos grupos palestinianos radicais.

Como se a espiral contínua e crescente da violência alguma vez pudesse resolver a questão...

Independentemente de poderem ocorrer questões regionais ou sectoriais que possam vir a ser resolvidas, nomeadamente no Mediterrâneo Ocidental, através do Diálogo Cinco + Cinco, o coração e a chave do problema residem na Palestina e em Israel. Nem as Igrejas Cristãs conseguem estar ao lado de Israel neste processo. O processo da Palestina/Israel cria uma reacção em cadeia difícil de fazer parar.

6. O peso excessivo das Religiões e da História, no comportamento das sociedades e na conduta dos Governos prejudica toda a tentativa de compromisso.

Não é possível resolver problemas temporais, humanos, da sociedade, que obrigam a diálogo e a discussão desde que qualquer das partes se considere detentora da verdade absoluta o que é convicção das religiões monoteístas, nomeadamente do Mediterrâneo.

Alguns ministros das diferentes religiões, fundamentalistas das suas fés, com poder de manipulação sobre a massa dos crentes estão na origem de muita impossibilidade, de muito bloqueamento, de muita violência. Nos países de religião islâmica são raros aqueles governos que não emanam do poder religioso e com aqueles onde tal não acontece tem de haver especiais cuidados em não ofender as convicções religiosas sob pena de as populações poderem ser voltadas contra um sistema político que pretenda ser mais laico. No extremo oposto temos as ditaduras militares ou pessoais, que também não servem de referência, não sendo garantias de representatividade, nem de estabilidade.

Enquanto na sociedade islâmica não se separarem os poderes da Religião dos do Estado o caminho será muito difícil. Também no Estado de Israel onde formalmente se vive em democracia o peso dos movimentos religiosos é excessivo, apoiados pelo movimento judaico internacional (o que significa também os EUA, onde actualmente alguns grupos de protestantes evangelistas fundamentalmente do Sul dispõem de grande influência sobre a Administração).



É óbvio que com todas estas dificuldades o Processo de Barcelona tem avançado a um ritmo lento, mas alguma evolução ocorreu como foi demonstrado no Plano de Acção de Valência (22/23 de Abril de 2002).

Dentro de poucos dias (2/3.12.03) a Cimeira Euro-Mediterrânica de Chefes de Estado e de Governo fará uma avaliação global dos trabalhos na sequência do Plano de Acção de Valência e tentarão chegar a conclusões sobre:

- a. A criação de uma Assembleia Parlamentar da Parceria Euro-Mediterrânica.
- b. A criação de um Banco Euro-Mediterrânico, filial do BEI (que pudesse deter a maioria) ou uma facilidade euro-mediterrânica de investimento e de parceria (FEMIP) do BEI.
- c. A concretização do diálogo entre culturas, através da Fundação Euro-Mediterrânica.

Estes três instrumentos, se concretizados, corresponderão a um grande salto qualitativo pondo a trabalhar em conjunto sobre as mesmas matérias responsáveis parlamentares, financeiros e culturais das duas margens deste Mar.

Ao lado disto têm ocorrido alguns avanços na Parceria para as questões Políticas e de Segurança, o início de uma cooperação no quadro da PESH, vários acordos bilaterais de âmbito económico no sentido de se tentar concretizar uma Zona de Comércio Livre, além do já citado Diálogo Cinco + Cinco, através do qual se tem procurado recuperar a Líbia para o convívio internacional com um novo comportamento que possa fazer esquecer o passado.

Passando por cima de todas as questões técnicas e executivas, surgem dois problemas incontornáveis, ou seja, perceber que NÃO HAVERÁ EUROPA TRANQUILA SEM EXISTIR UM MEDITERRÂNEO ESTÁVEL, o que associado à questão de percepção do N em relação ao S e à outra em sentido inverso, fazem a definição da agenda política que é também, quanto a mim, de sobrevivência.

O Sul tem-se sentido marginalizado, as marcas da colonização (espanhola, francesa, inglesa e italiana) ainda lá estão (as descolonizações ainda só têm 50 anos ou menos) e deseja que o processo seja inclusivo e que os traga também para um espaço de desenvolvimento e bem estar.

O Norte, por seu lado, preocupa-se essencialmente com questões de Segurança (tráfico de armas, de droga, imigração clandestina, crime organizado, terrorismo) e por outro lado, muitos investimentos não se concretizam do modo que havia sido imaginado, o quadro legal e operativo dos

países do Sul não está adaptado às exigências da UE e o Sul não se consegue organizar com um grupo para se relacionar com a NATO e com a UE.

Apesar de tudo tem havido vontade de progredir mais depressa e de atingir factos concretos, o que se deverá ser continuado com a integração da PESH para o Mediterrâneo dentro do Processo de Barcelona.

A abordagem europeia é mais rica que a americana na medida que privilegia a INCLUSÃO, a cooperação multilateral e a bilateral, em todas as suas áreas, fazendo da SEGURANÇA, um dos dossiers importantes a tratar, mas não o único. É o conceito de COOPERAÇÃO (europeu) versus o conceito de CONFRONTAÇÃO (americano), devendo o primeiro, embora também respaldado em poder militar, ser a grande opção.

A questão do alargamento do espaço europeu ao Sul do Mediterrâneo e a criação de uma organização do tipo OSCE (a OSCM) para esta região seriam passos muito importantes, quer no domínio económico e social, quer no da segurança.

O próprio conceito estratégico alargado da UE deve integrar, com a devida importância, a grande orientação geral dos países europeus para a questão mediterrânica.